

PETRÓLEO E “NACIONALISMO” NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS: O DEBATE EM TORNO DA CRIAÇÃO DA PETROBRAS*

LUIS CARLOS DOS PASSOS MARTINS**

RESUMO: Este artigo analisa o processo de criação da Petrobras durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). Nosso objetivo será avaliar as bases doutrinárias que orientaram a elaboração do projeto original enviado ao Congresso por Vargas em dezembro de 1951. Com isso, pretendemos contestar a tese que afirma que tal projeto, ao não propor inicialmente o monopólio estatal do petróleo, foi uma manobra diversionista do governo para criar um clima favorável à aprovação deste monopólio, a partir da Petrobras. Ao contrário disso, defendemos nesse artigo que a empresa de economia mista proposta pelo governo era coerente com as diretrizes nacional-desenvolvimentistas de seu projeto econômico. Para tanto, iremos analisar a documentação disponível sobre a formulação do programa varguista, bem como a discussão que em torno dele se deu no período, através do discurso político e dos jornais da grande imprensa.

PALAVRAS-CHAVE: Petróleo/Petrobras - Era Vargas - Nacionalismo - imprensa - política

SUMARY: This article analyzes the process of creation of Petrobras during the Second Vargas Government (1951-1954). Our objective will be to evaluate the doctrinal basis that guided the preparation of the original project sent to Congress by Vargas in December 1951. We

* Este artigo foi desenvolvido a partir do aprofundamento posterior do estudo inicial sobre o tema apresentado no Capítulo II da minha dissertação de mestrado: MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *O processo de criação da Petrobras*: imprensa e política no segundo governo Vargas. Porto Alegre, 2006. 243 f., defendida na PUCRS com financiamento da Capes.

** O autor deste presente artigo é doutor em História pela PUCRS e professor do Departamento de História da PUCRS e do PPG-História da mesma instituição.

intend to contest the thesis that the project, by not initially proposing the state oil monopoly, it was a diversion from the government to create a favorable climate for approval of this monopoly, from Petrobras. On the contrary, I argue in this article that the joint stock company proposed by the government was consistent with the national-developmental guidelines of its economic project. We will review the available documentation on the formulation of Vargas program and the discussion around it took place in the period through the political discourse and the mainstream media newspapers.

KEY WORDS: Petrobras – Vargas Era – nationalism - press – politics

Introdução

O processo de criação da Petrobras, polêmico nos anos 50, ainda é hoje objeto de controvérsia entre os pesquisadores, especialmente no que se refere ao seu verdadeiro papel no interior do projeto de desenvolvimento do Segundo Governo de Getúlio Vargas. Um dos pontos dessa controvérsia diz respeito às intenções de Getúlio ao apresentar o seu programa original da Petrobras, que propunha a criação de uma empresa de economia mista, na qual era possível a participação do capital estrangeiro, mesmo que de forma limitada, e não comportava oficialmente o monopólio estatal do petróleo. Esse programa, combatido especialmente pelos defensores do monopólio estatal do petróleo, foi duramente criticado e só conseguiu ser aprovado depois que este monopólio e a exclusão do capital externo foram incluídos na proposta governamental.

Uma interpretação muito difundida defende que o programa inicial da Petrobras era apenas uma manobra diversionista de Getúlio, friamente calculada para permitir a triunfante aprovação final de um projeto monopolista.³ O objetivo principal desse trabalho é combater essa interpretação, mostrando que o programa de petróleo do governo Vargas só pode ser entendido dentro de

³ Essa interpretação foi defendida, na época, pelo deputado Brochado da Rocha, do PTB e se tornou, podemos dizer, parte da “tradição oral” relativa ao tema. Ver PEREIRA, 1975, especialmente, a introdução de Rômulo Almeida.

seu projeto mais geral de desenvolvimento, que era plenamente compatível com o modelo de uma companhia mista e com a participação limitada do capital estrangeiro no desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, o qual não se enquadra na divisão dicotômica que classifica os projetos econômicos país entre “entreguistas” e “nacionalistas”.

Para tanto, iremos avaliar, não apenas o debate da época entre os intelectuais, políticos e agentes públicos intervenientes no processo, mas também o posicionamento da grande imprensa, em especial, o jornal *Última Hora*, criado por Samuel Wainer para ser um periódico defensor dos interesses de Vargas e que pode nos dar um bom indício da sua estratégia, no que se refere à imagem pública da Petrobras e do próprio presidente.

O estado da questão: o “problema do petróleo” no pós-guerra

Quando Vargas apresentou, em 1951, seu projeto sugerindo a criação da Petrobras, nosso consumo de petróleo era pouco significativo. O precioso “ouro negro” contribuía apenas com 10% dos gastos energéticos brasileiros e o seu emprego pelo Brasil era relativamente baixo.⁴ Além do mais, o país praticamente não extraía óleo cru de seu solo, existindo somente um poço em funcionamento, situado em Lobato, na Bahia, com capacidade de produção de 2,5 mil barris diários para um consumo de aproximadamente 100 mil barris. A iniciativa de Vargas tinha em vista, ainda, o futuro imediato da nação, pois o nosso dispêndio de petróleo subia em média 20% ao ano desde o fim da Segunda Guerra Mundial, comprometendo aproximadamente 13% do que importávamos em 1951.⁵

Entretanto, apesar de ser um consumidor modesto e um produtor ainda mais tímido de combustíveis líquidos, o

4 Segundo os dados da Mensagem presidencial que apresentou o programa ao Congresso, nosso consumo per capita era de 0,6 barris por ano, enquanto a Argentina consumia 2,9 e o Uruguai 1,5. Eu emprego aqui os pronunciamentos do presidente reunidos em VARGAS, 1954.

5 Mantendo esse ritmo, era forte o risco de, em 3 anos, provocarmos um estrangulamento do balanço de pagamentos ou, pior ainda, sermos obrigados a racionar o uso de combustíveis líquidos, comprometendo o crescimento da economia.

“problema do petróleo” já havia se tornado uma polêmica nacional. A preocupação com nossas reservas petrolíferas já aparece na Primeira República, porém foi com a Revolução de 30 que o assunto realmente recebeu atenção. Nessa época, o petróleo se tornara um produto importante nas economias mais avançadas do globo, como os EUA, a Grã-Bretanha e a França, cujos governos, aliás, “haviam assinado o memorável acordo de San Reno, através do qual (...) se comprometiam a dar todo o apoio aos seus nacionais nos entendimento para obter jazidas de petróleo no exterior” (VICTOR, 1970: 52). Diante dessa situação, os revolucionários que assumiram o poder em 1930 decidiram dedicar mais atenção ao tema e desenvolveram uma pesada legislação nacionalista para o setor mineral, na qual colaborou decisivamente o ex-tenente Juarez Távora, quando ocupou o cargo de Ministro da Agricultura. Sob a sua influência, elaborou-se o Código de Minas, de 1934, que estabeleceu a separação legal entre a propriedade do solo e a do subsolo, considerando as riquezas minerais presentes nesse último como bens inalienáveis da União. No Estado Novo (1930-1945), inspirado por outro militar, o general Júlio Caetano Horta Barbosa, Vargas criou o CNP (Conselho Nacional do Petróleo), órgão que deveria ser o instrumento governamental de controle da indústria petrolífera no Brasil. Também estabeleceu limitações à exploração mineral, como a determinação de que apenas brasileiros natos pudessem ser acionistas de empresas de mineração (CARVALHO, 1977: 23).⁶

Por esses exemplos, notamos a ativa participação de membros do Exército na elaboração da legislação nacionalista, o que esteve longe de ser acidental. Com efeito, durante o período, especialmente com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, grande parte da cúpula militar brasileira passou a considerar o petróleo um item essencial à defesa nacional.⁷

⁶ Podemos consultar igualmente: MARTINS, 1976, COHN, 1968 e DIAS & QUAGLINO, 1993.

⁷ Não é por acaso que o CNP, além de ser dirigidos por militares, tinha representantes do Estado Maior do Exército em sua administração, os quais podiam vetar qualquer medida considerada de risco à segurança do país. Ver, quanto a isso, MARTINS, 1976.

Mas não era somente o Exército que se interessava pelo assunto. Muitos brasileiros, especialmente intelectuais e empresários, questionavam o fato de o Brasil, mesmo sendo o maior país da América Latina, não extrair de seu solo uma única gota do óleo cru que consumia, enquanto nações vizinhas, como a Venezuela e a Bolívia, produziam e exportavam petróleo. Esse insucesso brasileiro gerava muitas discussões e desconfianças. Técnicos contratados pelo Serviço Geológico do referido Ministério justificavam a não-descoberta das jazidas pelo baixo potencial petrolífero do Brasil, especialmente na região sul, onde ocorreram as primeiras perfurações.⁸ Tais explicações técnicas, contudo, eram vistas com enorme desconfiança, devido à forte crença no país, mesmo sem base científica confiável, de que o mesmo era potencialmente rico em petróleo e que, sendo assim, apenas não encontrávamos as jazidas porque “forças ocultas” nos impediam.

Esta era, por exemplo, a opinião do escritor e empresário Monteiro Lobato. O criador do *Sítio do Pica-Pau Amarelo* fazia contundentes críticas à possível interferência estrangeira na exploração do petróleo brasileiro, defendendo que tal atividade deveria ser exclusiva da iniciativa privada nacional. Procurando, sem sucesso, encontrar e explorar petróleo no Brasil, Lobato elegeu como responsável pelo fracasso o controle que o Estado exercia sobre o setor petrolífero, que estaria, a seu ver, a serviço dos trustes internacionais.⁹ As denúncias de Lobato, reunidas no livro *O Escândalo do Petróleo e do Ferro*, embora estivessem baseadas mais em suposições do que em fatos, muito contribuíram para firmar a idéia de que os grandes trustes internacionais conspiravam para que o Brasil não explorasse seu maravilhoso potencial petrolífero, a fim de mantê-lo na condição de importador de derivados.¹⁰

8 Um desses técnicos era o geólogo norte-americano Charles White que, contratado pelo governo de Rodrigues Alves para estudar o potencial petrolífero no sul do país, constatou que “as possibilidades são todas contra a descoberta de petróleo em qualquer parte do sul do Brasil”, sugerindo que se voltassem as perfurações para o vale do Rio Amazonas (VICTOR, 1970: 34).

9 Quanto ao envolvimento de Lobato na questão, ver: ALMEIDA, 2008 e o livro do próprio escritor, LOBATO, 1936.

10 Sem sombra de dúvida, por mais imaginativas que fossem essas denúncias, sua aceitação no Brasil foi favorecida pelo comportamento das próprias empresas petrolíferas,

A discussão acerca do tema, todavia, tomaria novos rumos com o fim do Estado Novo. Em 1947, o governo Dutra mandou ao Congresso o seu Estatuto do Petróleo com o objetivo de adequar a legislação sobre as fontes energéticas e minerais às diretrizes liberais da Constituição de 1946, em especial no que se refere ao artigo 153, “que previa a pesquisa e o desenvolvimento de recursos minerais do país sob a forma de concessão” (CARVALHO, 1977: 31). Essa mudança de rumo em parte se explicava pelo próprio insucesso da legislação restritiva anterior em obter nossa autossuficiência em petróleo - mas não totalmente.

No início do pós-guerra, começaram a soprar da América do Norte ventos “liberalizantes” com intensidade cada vez maior. Os EUA, objetivando exercer sua hegemonia político-militar no continente americano, procuravam manter a América Latina na condição estratégica de fornecedora das matérias-primas necessárias à defesa do hemisfério, as quais deveriam ser exploradas pelo capital privado norte-americano (MOURA, 1991: 42).¹¹ Inicialmente, os militares ligados à Força Expedicionária Brasileira (FEB), muito influentes no governo Dutra, viam com bons olhos o investimento de capitais públicos norte-americanos nos setores estratégicos da economia brasileira, sonhando com uma espécie de Plano Marshall para a América Latina. Entretanto esta expectativa foi frustrada pelo governo de Truman cujas atenções estavam voltadas à Ásia e à

que formavam um grupo pequeno de corporações, conhecidas como “sete irmãs”. Estas companhias monopolizavam a indústria de petróleo mundial, explorando as regiões produtoras até o esgotamento e, depois, abandonando-as à pobreza. As exceções a essa regra eram poucas, mas possuíam algo em comum: a intervenção estatal no setor, como o caso da União Soviética e dos países cujos governos tinham expropriado as empresas estrangeiras, como o México de Cárdenas. Sobre esse tema, consultar: ODELL, 1966 e YERGIN, 1991.

11 Para tanto, os EUA desejavam fazer os seus vizinhos latino-americanos seguirem os princípios estabelecidos em Bretton Woods, em 1944. Segundo MOURA (1991: 40-41), esses princípios pregavam a “não-discriminação, abolição de políticas comerciais restritivas, redução de barreiras alfandegárias, eliminação do nacionalismo econômico, tratamento justo às empresas e ao capital estrangeiro, promoção da empresa privada e conseqüente desestímulo à ação com intervenção do Estado na economia.” Quanto à constituição da nova ordem econômica internacional a partir de Bretton Woods, consultar: FRIEDEN, 2008: 275-323, SOLOMON, 1979 e DATHEIN, 2005. Sobre os reflexos dessa nova ordem para a América Latina e o Brasil, ver, além de MOURA, 1991., Almeida, 1998, AYERBE, 2002 e SCHOULTZ, 2000.

Europa, locais de “confronto entre o comunismo e o capitalismo, entre totalitarismo e democracia” (SCHOULTZ, 2000: 370). A América ao Sul do Rio Grande estaria fora da área de ação desses investimentos, pois, mesmo que a política externa dos EUA já estivesse se orientando pela doutrina da “contenção” do comunismo,¹² na visão dos homens do Departamento de Estado, a parte sul do “hemisfério ocidental” ainda não estava ameaçada, exigindo, por isso, menores cuidados, ao menos no que se refere ao dinheiro do Tesouro norte-americano.

Diante dessa situação, o governo Dutra resolveu liberalizar o setor petrolífero brasileiro a fim de atrair, para sua exploração, o precioso capital privado “alienígena”, através de um regime de concessão. Por este sistema, seria permitido que empresas com acionistas estrangeiros participassem da indústria do petróleo no Brasil, embora tal participação devesse se submeter a restrições no que se refere ao percentual de capital externo no negócio e à distribuição do produto, pois se dava prioridade ao abastecimento do mercado interno em detrimento da exportação (CARVALHO, 1977: 30).¹³

Ficando no meio termo entre a liberalização e a nacionalização do setor, o Estatuto acabou não agradando a ninguém, recebendo severas críticas, tanto dos defensores da entrada do capital privado na exploração da indústria do petróleo no Brasil, como dos que pregavam o monopólio estatal dos combustíveis fósseis. Como efeito mais expressivo, o resultado do projeto de Dutra provocou mais o acirramento do debate

12 A doutrina da contenção, defendida no Departamento de Estado dos EUA especialmente pelo chanceler norte-americano na URSS, George Frost Kenan, pregava que a URSS seria uma potência imperialista com pretensões de expandir militarmente seu poder e sua ideologia sobre o mundo. Em consequência, a ação dos EUA seria a de liderar mundialmente a detenção dessa provável expansão do “totalitarismo” sobre o “mundo livre” (MAGNOLI, 1988: 27). Logo, a América Latina ainda não recebia uma atenção especial para essa *contenção* porque, segundo concluiu a Equipe de Planejamento Político do Departamento de Estado, na Conferência de Bogotá, 1948, “o comunismo na América é um perigo potencial, mas que, com umas poucas, possíveis exceções, não é seriamente perigoso atualmente.” (SCHOULTZ, 2000: 370)

13 Com efeito, à refinação, só concorreriam empresas com 60 % do capital nacional; impunha-se ainda a necessidade de se manter parte das jazidas descobertas como reserva nacional e, por fim, a exportação de petróleo era permitida somente depois de satisfeito o consumo doméstico (COHN, 1968).

público sobre o tema, do que o encaminhamento de sua solução. E, tratado como tema prioritário nos círculos militares, não é de surpreender que tenha sido o Clube Militar do Rio de Janeiro a entidade que tomou a iniciativa nesse debater, organizando uma série de palestras sobre o mesmo. Também não causa estranheza que os dois palestrantes convidados tenham sido o general então Juarez Távora, que discursou nos dias 6 de maio de 1947 e no dia 23 de junho de 1948, e o também general Júlio Caetano Horta Barbosa, recebido no Clube durante o interregno das palestras de Távora. A surpresa, talvez, tenha ficado por conta do contumaz conflito que se estabeleceu entre os dois militares, artífices da legislação nacionalista do petróleo no primeiro governo Vargas.

Havia pontos em comum na posição apresentada pelos palestrantes. Para ambos, a autonomia no abastecimento básico de energia era uma questão de defesa nacional (MOURA, 1986: 57), pois, sem ela, dificilmente se poderia manter funcionando o armamento moderno e a economia de um país em caso de guerra. Outro ponto convergente era a necessidade da participação ativa do Estado no controle da indústria do petróleo. Mas havia também fortes divergências e estas se centravam na solução distinta que cada um apresentou para garantir o abastecimento de combustível, as quais expressavam não apenas a opinião dos generais mas fortes discordâncias no interior da própria corporação militar (STEPAN, 1975: 37).

Juarez Távora foi o defensor do Estatuto do Petróleo. Segundo ele, o “ouro negro” era um problema de abastecimento cuja solução seria fundamental para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social da nação, questões diretamente relacionadas à segurança nacional. Esta solução, no entanto, só viria quando dispuséssemos de fontes autônomas de combustíveis fósseis, capazes de garantir nossa provisão, principalmente em uma situação de guerra. TÁVORA, inclusive, afirmava que “teoricamente, dos pontos de vista econômico-financeiro e de segurança-nacional, a solução ideal para o problema seria a realizada sob o controle integral do Estado”. A dificuldade estava no fato de Távora rejeitar essa alternativa no momento, alegando que a nossa “deficiência de recursos próprios”, como a

carência de capital, de tecnologia e de pessoal especializado, e a “atual ineficiência de nossa administração pública” (TÁVORA, 1955: 87) impediam que a solução estatal fosse adotada, pois o problema do petróleo exigia uma solução rápida, a qual só poderia ser obtida com a entrada do capital estrangeiro no setor.

Contrastando esses argumentos de Távora com os pronunciamentos de Horta Barbosa, encontramos significativas diferenças. Concebendo o petróleo como um patrimônio nacional, uma fonte insuperável de energia e riqueza, BARBOSA considerava incompatíveis o setor petrolífero e a atividade privada, cabendo ao Estado controlar o setor petróleo não apenas para preservá-lo mas para garantir o fornecimento de combustíveis líquidos a baixo custo e, desta maneira, contribuir para o desenvolvimento e para o bem-estar do país.¹⁴ Para enfrentar as dificuldades mais imediatas, especialmente a falta de capitais, Barbosa propunha a nacionalização do setor de refino, cuja altíssima lucratividade poderia, além de poupar divisas com a importação de combustíveis, proporcionar fundos para serem investidos na prospecção e exploração de petróleo - atividades menos lucrativas e de maior risco. Evidencia-se, deste modo, que a divergência entre os militares não estava baseada apenas em questões técnicas, mas tinha origem em uma profunda diferença ideológica que envolvia o debate sobre o melhor caminho para o desenvolvimento econômico do país.¹⁵

Contudo, entre os homens de farda, as teses de Barbosa estavam se tornando hegemônica e, em 1949, como ressalta WHIRT, “a grande maioria dos oficiais do Exército desejava o monopólio estatal” (WHIRT, 1973: 179). Ademais, a proposta de Barbosa estava ganhando um reforço decisivo fora das casernas, pois os militares “nacionalistas”, não contentes em convencer os seus colegas, buscaram também apoio externo na

14 Como esclarece o general em sua primeira palestra: “Petróleo não é ferro nem estrada de ferro. Petróleo é energia, que tem que ser vendida pelo preço mais barato possível, a fim de facilitar a produção de todas as demais riquezas” (BARBOSA, 1948: 48).

15 Como afirma PEIXOTO: “É, pois, no nível de intervenção do Estado e do grau de abertura do processo econômico brasileiros à economia internacional que podemos encontrar as fontes das cisões militares acerca do desenvolvimento do Brasil” (PEIXOTO, 1980: 80).

“batalha pelo petróleo”. Inicialmente, usaram o próprio Clube Militar como instrumento para isso, tarefa que ficou facilitada com a ascensão de Estilac Leal à sua presidência, em 1950. Depois, incentivaram a criação do Centro de Estudo e Defesa do Petróleo (CEDP), em 1948, no Rio de Janeiro, o qual se tornou a “frente de ação dos grupos nacionalistas unidos em favor do monopólio estatal do petróleo” (WHIRT, 1973: 150).¹⁶ O lema básico do Centro tornou-se a frase “O petróleo é nosso”, slogan criado por estudantes ligados à UNE, entidade que, apesar de inicialmente defender a posição de Monteiro Lobato, adotou a tese do monopólio estatal e se tornou a base de sustentação do movimento, em especial na organização das manifestações de rua (WHIRT, 1973). Com o tempo, a campanha pelo monopólio estatal do petróleo tomou ares de uma verdadeira luta pela libertação do Brasil, uma cruzada patriótica pela independência econômica, a qual era vista como condição necessária para uma verdadeira independência política.¹⁷ Essa tendência se acirrou mais ainda quando os comunistas aderiram e, depois, lideraram a Campanha, fazendo uma forte associação entre a luta pelo petróleo e o combate ao “imperialismo *yankee*”.¹⁸

Esse caminho levou ao afastamento de muitas personalidades

16 O CEDP era uma associação civil bastante heterogênea. Dele participavam políticos de diferentes matizes ideológicos, desde Artur Bernardes (Partido Republicano) até senadores da UDN, como Matias Olímpio, presidente do Centro em 1949. Também congregava estudantes, sindicalistas, profissionais liberais e, especialmente, militares. Apesar de ter como objetivo inicial combater o Estatuto do Petróleo, o Centro permaneceu ativo durante o governo Vargas e, com o tempo, estendeu as suas atividades por todo o país, em uma verdadeira “cruzada nacionalista e popular” poucas vezes vista em nossa história. (SKIDMORE, 1996: 129).

17 Na linha do general Horta Barbosa, o capital “alienígena” era visto pela diretoria do CEDP como uma força invasora e sua aplicação no Brasil, especialmente no setor energético, como uma ação de escravização. Ao assumir a presidência do Centro, em 1949, o senador udenista Matias Olímpio declarou: “O inimigo bateu à nossa porta e já se infiltra perigosamente (...). A situação atual exige o sacrifício supremo – o de defender, a todo o custo, a independência econômica nacional” (apud MIRANDA, 1983: 195). Assim, qualquer vacilação ou transigência com os trustes “representaria uma verdadeira traição aos supremos interesses do Povo brasileiro”, como foi explicitado nas Resoluções finais da I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo (apud MIRANDA, 1983: 157).

18 Por exemplo, o engenheiro Luis Hildebrando Horta Barbosa, futuro diretor do CNEDP e primo do “General do Petróleo”, declarou, sem maiores melindres, que “o maior inimigo no presente é o imperialismo ianque” (apud MIRANDA, 1983: 36).

do Centro, como Horta Barbosa e Artur Bernardes, e também não agradou aos líderes políticos conservadores e à cúpula militar, que passaram a ver no movimento o tom da subversão. Na ótica desse grupo, a Campanha do Petróleo e o “nacionalismo” que ela defendia, longe de serem “patriotismo”, eram, na verdade, mero comunismo.¹⁹ Como resultado, a Campanha passou a ser severamente reprimida, com prisões e tortura de militantes, além de comícios terminados “à bala” e com espancamento dos participantes, inclusive oficiais do Exército.

Diante de tanta resistência, o Estatuto do Petróleo foi esquecido no Congresso, inclusive pelo próprio presidente Dutra que, ao enviar as propostas orçamentárias que viriam a ser conhecidas como Plano SALTE, ignorou totalmente o projeto. A Campanha do Petróleo e os militares “nacionalistas” venceram essa batalha e a solução da questão ficou, desta maneira, para o próximo presidente.

Em 03 de outubro de 1950, Getúlio Vargas foi eleito, com quase 50 % dos votos válidos. Dentre as questões que trazia consigo estava a busca por uma solução *nacionalista* para o “problema do petróleo”.

A criação da Petrobras: uma “solução nacionalista” para o “problema do petróleo”

No dia 6 de dezembro de 1951, o Presidente Vargas, na Mensagem n. 469/51, apresentou ao Congresso Nacional o programa para a criação da Petrobras. Esse programa, na verdade, estava dividido em dois projetos: um, para a criação da empresa e outro, que procurava lhe dar suporte financeiro pela instituição de novos tributos, pelo aumento da alíquota do imposto sobre combustíveis e, por fim, pela transferência de parte deste tributo pertencente aos estados e municípios para a futura empresa.

A Petrobras foi pensada como uma sociedade de economia

19 Como explicitou o jornalista José Eduardo de Macedo: “Na maior parte, é (a Campanha) uma audaciosa iniciativa moscovita com aspectos políticos, militares e econômicos, todos considerados do ponto de vista da conveniência da Rússia e da expansão de sua influência no mundo” (apud WHIRT, 1973: 155).

mista responsável pela exploração e produção de óleo cru, pela administração das refinarias do governo federal e da frota de navios petroleiros. E, para obter os cerca de 500 milhões de dólares necessários à sua realização, a Assessoria Econômica da Presidência da República (AEPR) desenhou uma fórmula bastante engenhosa que incluía as propriedades da União sobre o setor petrolífero (jazidas, refinarias, equipamentos, navios), a transferência de alíquotas tributárias e a criação de novos impostos, além da participação do investidor privado, mesmo, em alguns casos, de forma compulsória.²⁰ Com essa fórmula, Vargas evitava o investimento direto do Estado no projeto tanto por verba orçamentária quanto por empréstimo e, com isso, não contrariava “a vigente política de estabilização do valor da moeda”.²¹

Essa fórmula permitia a Petrobras amplo controle sobre a atividade petrolífera nacional, visto que a empresa receberia os direitos da União no setor, na época, sob a responsabilidade do CNP. Além disso, apesar de ser uma companhia de economia mista, o governo federal teria o domínio sobre a mesma por reservar para si 51% das ações com direito a votos.²² Para alguns autores, essa fórmula permitiria à empresa o monopólio de fato sobre o setor do petróleo, porque, ao deter os direitos federais, “a União não poderia mais dar a qualquer pessoa ou empresa autorização ou concessão para a pesquisa e lavra de petróleo, xisto ou gás” (CUPERTINO, 1976: 92).

Podia ser um monopólio de fato, mas o texto original não

20 Em termos gerais, a participação nesse investimento seria o seguinte: o governo federal entraria com um capital de 4 bilhões de cruzeiros, ficando responsável, em caso de necessidade, de subscrever todo o capital da empresa. Esse valor seria reforçado pela arrecadação de uma série de tributos: 25 % do imposto único sobre combustíveis (cuja alíquota deveria ser reajustada), um imposto sobre artigos de luxo e outro sobre carros importados e mais a transferência de alíquota de impostos sobre combustíveis dos estados e municípios para a empresa, o que os tornaria acionistas compulsórios da mesma. Os proprietários de carros também virariam acionistas compulsórios, através do imposto sobre combustíveis.

21 Conforme a Mensagem Presidencial que acompanhou o projeto. In: VARGAS, 1954: 87.

22 Além disso, o presidente da República ainda nomearia o presidente da empresa e, dos nove diretores, apenas dois seriam escolhidos pela iniciativa privada. Senão bastasse tudo isso, a Petrobras ainda deveria seguir as diretrizes do CNP, autarquia diretamente ligada à Presidência da República.

estabelecia o monopólio estatal de direito e, além disso, permitia a participação do capital privado e estrangeiro, embora limitado ao máximo de 15% do total. Desta maneira, era uma fórmula pronta para gerar polêmica, o que nos obriga a questionar: o que levou o presidente a agir deste modo?

A bibliografia especializada tem apontado três ordens de razões: a) o pragmatismo de Getúlio, que teria optado pela fórmula da economia mista porque desejava fazer uma empresa mais flexível, que fugisse à rigidez das autarquias estatais cuja burocratização e ineficiência normalmente matavam à míngua os empreendimentos públicos;²³ b) o próprio projeto de desenvolvimento levado adiante pelo presidente, compreendido no Plano de Reparcelamento da economia nacional e que não era incompatível com investimentos privados, mesmo estrangeiros, desde em setores produtivos e sob a orientação nacional;²⁴ c) questões políticas, pois Vargas teria evitado abordar diretamente o monopólio estatal do petróleo para não provocar a rejeição da ala liberal do Congresso representada pela UDN (COHN, 1968: 131).

23 Essa posição é defendida por WHIRT (1973: 171). Vargas indica essa intenção, quando, em 23 de junho de 1952, mencionou a Petrobras em um discurso em Candeias, na Bahia: “Eis por que se orientou o Governo para o projeto de constituição de uma sociedade de economia mista, na qual pudesse ele reunir a maioria absoluta das ações e participar diretamente de uma empresa dotada de bastante flexibilidade, dinamismo, autonomia de ação e máxima capacidade de expansão industrial” (1973:156).

24 Segundo interpretação de WHIRT (1973: 163) a intenção inicial de Vargas era estabelecer o controle do Estado através de um órgão regulador do setor do petróleo, porém sem executar a industrialização. Além disso, existem fortes indícios de que a Assessoria Econômica do presidente sondou os trustes internacionais para realizarem o projeto antes de optar pela Petrobras (COHN, 1968: 161), como o envolvimento de José Soares Maciel Filho, assessor direto de Vargas. Em um relatório datado de 21 de agosto de 1951, Maciel Filho informa o presidente das adiantadas negociações com a *Standard Oil of New Jersey* (ESSO), para a execução dos projetos petrolíferos getulistas: “Confirmo a informação que lhe dei verbalmente. A Standard Oil aceita o ponto de vista brasileiro. Mais do que isso: aceita todos os princípios de doutrina fixados no *memorandum* que tive oportunidade de lhe entregar domingo”. (Carta de José Soares Maciel a Getúlio, catalogada no CPDOC/FGV sob o índice: GV.51.08.02). A empresa, por fim, recuaria no programa e diante da impossibilidade de conseguir a participação de capital internacional em uma indústria de petróleo brasileira controlada pelo Estado, Vargas teria optado por uma empresa com capital público (WHIRT, 1973). Sobre a estratégia de Getúlio em procurar apoio externo e mesmo privado para seu programa energético, consultar: BASTOS, 2006. Em relação ao programa econômico de Vargas e sua aceitação condicionada do capital estrangeiro, ver: DRAIBE, 1985, FONSECA, 1987 e VIANNA, 1987.

Apesar de todos esses cuidados, as expectativas otimistas de Getúlio quanto à aprovação do projeto se demonstraram enganosas. Antes mesmo de ir a debate em plenário, a proposta da Petrobras começou a receber críticas nas Comissões da Câmara e, o que é pior, das próprias hostes aliadas. Assustado com a margem que o projeto de Vargas deixava “à penetração do capital estrangeiro”, o deputado Eusébio Rocha (PTB-SP), ainda no final de janeiro de 1952, propôs um substitutivo que “eliminaría por completo a participação de capitais privados, nacionais ou estrangeiros, em todas as fases da indústria petrolífera, exceto a distribuição” (CARVALHO, 1977: 53). Artur Bernardes, por sua vez, em um contundente depoimento (1º. de fevereiro de 1952) questionou as contradições entre a Mensagem de Vargas, na qual o governo definia a empresa como “uma firme política nacionalista no terreno econômico”, e o projeto, que era, para o ex-presidente, *entreguista*.²⁵ Entrincheirado na presidência da Comissão de Segurança Nacional da Câmara, Bernardes reteve o projeto da Petrobras até o início de março de 1952, quando o relator da mesma emitiu um parecer condenando a empresa de Vargas e aprovando o substitutivo de Rocha.

O maior problema de Getúlio, entretanto, não esteve na reação dos parlamentares *nacionalistas*. A UDN, com o objetivo de se aproveitar dos “vacilos nacionalistas” de Vargas, fez uma mudança radical em sua orientação para o setor do petróleo. No início dos debates do programa do governo na Câmara dos Deputados (06 de junho de 1952), apresentou um substitutivo ao projeto propondo a criação da Empresa Nacional do Petróleo (ENAPE), que deteria o monopólio estatal sobre o setor, não contrataria subsidiárias, não aceitaria capital privado e, por fim, encamparia as refinarias particulares no prazo de um ano, ousadia a qual os *nacionalistas* do PTB não se atreveram (CARVALHO, 1977: 59).

Diante disso, a estratégia inicial de Vargas fracassou e o resultado não poderia ser pior. Era necessário agir para evitar

25 Na ótica de Bernardes, o programa da Petrobras só poderia ser “originário dos trustes” e foi passado aos assessores de Vargas, que teria sido “ilaqueado em sua boa fé”, ao aceitá-lo (COHN, 1968: 137).

que a iniciativa de criar a Petrobras viesse a soçobrar. A primeira batalha a enfrentar foi a aprovação do programa, evitando que a Câmara o rejeitasse ou o descaracterizasse totalmente. Essa tarefa coube ao líder da maioria, o deputado Gustavo Capanema (PSD), que negociou com as lideranças dos partidos um acordo sobre a questão. Por este, era alterado o texto original do projeto governamental para incluir oficialmente o monopólio estatal do petróleo, eliminar do corpo de acionistas pessoas jurídicas de direito privado que tivessem sócios estrangeiros e estabelecer claramente que a União jamais abriria mão de 51% das ações da empresa. Entretanto, Capanema exigiu a manutenção do capital privado, das concessões às refinarias particulares e da exclusão do comércio atacadista do monopólio. Com essas medidas, Vargas pretendia viabilizar a aprovação da empresa mas também manter a “fórmula mista”, evitando que se engessassem seu programa com um monopólio muito rígido (WHIRT, 1973: 182). Sintomaticamente, uma das exigências do governo foi que o nome original, Petrobras, permanecesse.

Com esse acordo, o projeto foi aprovado em primeira instância na Câmara no dia 23 de setembro de 1952, ou seja, quase dez meses depois de ter sido enviado pelo governo, com 21 artigos a mais do que os 31 originais. Contudo, os problemas de Vargas ainda não tinham terminado. Depois da Câmara, o projeto deveria passar ainda pela aprovação do Senado e, na Câmara Alta, a tendência nacionalista era menos influente (COHN, 1968: 165). Assim, os senadores, navegando em sentido contrário ao dos deputados, criticaram o estatismo do programa do petróleo varguista e o premiaram com mais 32 emendas, a maioria delas liberalizantes, como o estabelecimento do regime de concessões para o setor. Em meio a debates e discursos intermináveis, o projeto ficou outros dez meses no Senado, retornando à Câmara apenas em junho de 1953.

De volta ao Palácio Tiradentes, as emendas liberalizantes foram retiradas e o texto aprovado em setembro. No dia 3 de outubro, data significativa para Vargas, o presidente sancionou a Lei n. 2.004 que criava a Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.) como uma empresa de propriedade e controle nacionais, da qual a

União tinha o domínio das ações e que deveria explorar, em caráter monopolista, todas as etapas da indústria do petróleo brasileiro, com exceção da distribuição e das refinarias já concedidas. Em suma, era um projeto de monopólio parcial do petróleo, que ficou no meio-termo entre a proposta original do governo e a tese do monopólio estatal integral defendido pelo CEDPEN.

Embora Vargas tenha conseguido salvar o essencial de seu programa, o presidente, segundo alguns autores, raramente se referia à Petrobras depois de aprovada (WHIRT, 1973: 188). O problema foi que, nesse processo de aprovação, o Congresso Nacional e suas articulações políticas não constituíram o único *front* para ele. Durante as discussões parlamentares, o projeto do governo foi alvo de um intenso debate público, no qual se questionou não só o significado da futura empresa como também o próprio significado do governo. Em meio às negociações para a aprovação da Petrobras, Vargas viu crescerem tanto o questionamento da sua empresa como “solução nacionalista” para o problema do petróleo, quanto às dúvidas sobre a sua própria imagem como verdadeiro nacionalista.

Em relação a este tópico, não ajudou muito que os defensores da liberalização do setor petrolífero no Brasil demonstrassem mais simpatia do que rejeição ao programa de Vargas,²⁶ enquanto que o campo chamado de *nacionalista* tomou uma posição contrária, causando sérios prejuízos à imagem com que Vargas gostaria de marcar o seu projeto e o seu governo.

O Clube Militar, por exemplo, instituição presidida pelo primeiro ministro da Guerra de Getúlio, Estilac Leal, não titubeou em bombardear o projeto do governo como “profundamente nocivo à soberania nacional e à segurança militar de nossa

26 Nas discussões públicas, os defensores das medidas liberalizantes se dividiram. Assis Chateaubriand e os editorialistas do jornal *O Estado de S. Paulo* criticaram a Petrobras por falta de maior liberdade ao capital “alienígena” (COHN, 1968: 172-174). Juarez Távora, por outro lado, elogiou o governo pela iniciativa de abrir “uma clareira na legislação vigente porque (*seu projeto*) permite que sociedades anônimas organizadas no Brasil” com acionistas estrangeiros subscrevam ações (JUAREZ, 1955: 230-235). Já as Associações Comerciais, entidades de classe patronal controladas pelos representantes do comércio de importação, quando o programa foi lançado, “manifestavam-se, através da imprensa e de seus porta-vozes no Parlamento, em defesa do projeto da Petrobras” (VICTOR, 1970: 330).

Pátria” (*apud* COHN, 1968: 138), aumentando a distância que separava Vargas da ala *nacionalista* do Exército desde a assinatura do Acordo Militar Brasil-EUA. O CEDPEN²⁷ agiu de forma ainda mais rápida e, assim que o projeto foi lançado, condenou-o por “tratar-se simplesmente de um projeto entreguista” (*apud* MIRANDA, 1983: 269-270).

Mais do que isso, no debate público que se travava fora do Congresso, se a Campanha do Petróleo procurou, inicialmente, desqualificar o projeto de Vargas como nacionalista, chamando-o de *entreguista*, depois, na medida em que a ele se incorporou o monopólio estatal, ela passou a disputar com Getúlio a paternidade do empreendimento. Para o CEDPEN, o projeto final não seria *nacionalista* por esforço de Vargas, mas pelo trabalho do Centro contra o próprio presidente.²⁸

Durante o processo de aprovação da Petrobras, Getúlio pouco se pronunciou sobre o tema, preferindo que os técnicos da Assessoria fossem para a linha de frente na sua defesa do projeto. Esses sustentaram o programa original, afirmando que optaram pela empresa de economia mista porque desejavam fazer um programa “que funcionasse”.²⁹ Já o presidente, em suas poucas falas sobre a questão, sempre procurou defender a imagem da Petrobras como verdadeira solução nacionalista, em quaisquer das suas fórmulas. Na Mensagem que acompanhou os projetos

27 Em 1948, o CEDP, em função do predomínio dos comunistas em sua estrutura organizacional, resolveu ampliar sua área de protesto e incluiu a defesa da “economia nacional” em seu programa, passando a se chamar Centro de Estudo e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN).

28 Conforme as negociações no Congresso acrescentaram ao projeto o monopólio estatal do petróleo, o Centro passou a defender que essas modificações só ocorreram “graças à campanha de ‘O Petróleo É Nosso’” (*apud* MIRANDA, 1983: 298). Quando, finalmente, a empresa foi aprovada, o CEDPEN se pronunciou, afirmando: “O texto final do projeto ainda não corresponde à Tese do Centro, de monopólio estatal para todos os ramos da indústria, mas, indiscutivelmente, uma grande vitória parcial foi alcançada” (*apud* MIRANDA, 1983: 388).

29 Rômulo Almeida, o líder da Assessoria Econômica da Presidência, foi até a Câmara defender o projeto e, diante do argumento de que apenas o monopólio estatal seria uma solução nacionalista para o problema do petróleo, questionou: “Que significa, afinal, solução nacionalista do problema do petróleo? A solução nacionalista do problema do petróleo é produzir petróleo e não slogans, fórmulas e discursos?” (*apud* COHN, 1968: 155). Ver também PEREIRA, 1975.

para a criação da empresa, quando a questão do monopólio estatal não estava incluída, Vargas procurou vinculá-la a uma linha *nacionalista* de ação:

O Governo e o povo brasileiros desejam a cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do País, mas preferem reservar **à iniciativa nacional** o campo do petróleo (...). **Fiel, pois, ao espírito nacionalista** da vigente legislação do petróleo, será essa empresa genuinamente brasileira, com capitais e administração nacionais.³⁰

Quando começaram as críticas ao “caráter nacionalista” do projeto, a estratégia inicial foi questionar a condição do monopólio estatal como a única alternativa nacionalista.³¹ Como podemos perceber no único pronunciamento de Vargas sobre a Petrobras durante a discussão do projeto. Em Candeias, na Bahia, em 23 de junho de 1952, Getúlio aproveitou a visita à região produtora de petróleo para tocar no assunto, afirmando que, desde a sua volta ao governo, ordenou “que se reexaminasse o problema, dentro da orientação nacionalista” da qual nunca teria se afastado (VARGAS, 1954: 156).

Mesmo sem incluir a questão do monopólio estatal no projeto, o presidente garantiu que a empresa “consolida[va] a orientação nacionalista” de seu governo, a qual esperava “sustentar até o fim, contra todos os adversários descobertos ou embuçados e inimigos da nossa emancipação econômica” (VARGAS, 1954: 155).³² Ao

30 VARGAS, 1954.: 85. Todos os grifos em negrito em citações de documentos ou textos dos jornais pesquisados foram realizados pelo autor dessa dissertação.

31 Rômulo Almeida, o líder da Assessoria Econômica da Presidência, foi até a Câmara defender o projeto e, diante do argumento de que apenas o monopólio estatal seria uma solução nacionalista para o problema do petróleo, questionou: “Que significa, afinal, solução nacionalista do problema do petróleo? A solução nacionalista do problema do petróleo é produzir petróleo e não slogans, fórmulas e discursos?” (*apud* COHN, 1968: 155).

32 Esses inimigos, Vargas divide entre “os conhecidos advogados dos monopólios estrangeiros” e “os arautos dum falso nacionalismo que mal encobre sua filiação ideológica, visando novos imperialismos”. Além disso, justifica o interesse desses inimigos em “torpedear e paralisar a atual proposta governamental” da seguinte forma: “os primeiros porque não têm porta de acesso na nova organização, e os últimos porque, para eles, só interessa que o petróleo seja nosso, mas ... debaixo da terra” (VARGAS,

fim, Getúlio avisa a esses inimigos, dentre os quais os defensores do monopólio estatal: “Essa bandeira nacionalista, eu a venho desfaldando em toda a vida pública e ninguém logrará arrebatá-la de minhas mãos” (1954: 157).

Quando a empresa foi criada, com o monopólio incluído, Vargas não abandonou a paternidade do projeto: “Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobras resulta de uma firme política nacionalista no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos em cuja viabilidade sempre confiei” (1954: 87).

A batalha também se estendeu pela grande imprensa da época e aqui as ações foram também surpreendentes. Jornais como *O Diário de Notícias* do Rio de Janeiro e mesmo o periódico *Tribuna da Imprensa*, do feroz opositor varguista, o udenista Carlos Lacerda, condenaram o programa varguista por seu “entreguismo”. Em compensação, o *Correio da Manhã*, tido como anti-varguista e liberal, elogiou a iniciativa do governo em criar a Petrobras, embora tenha condenado Vargas por não defender seu projeto original até o fim.³³

Já o jornal aliado ao Catete, a *Última Hora*, de Samuel Wainer assumiu a defesa do *nacionalismo* tanto da Petrobras,³⁴ quanto de Vargas,³⁵ tornando-se um meio de sustentação dos princípios doutrinários que orientaram a elaboração da companhia petrolífera. Na base de sua argumentação estava, curiosamente, que o programa de Getúlio era vantajoso por não ser uma solução “puramente estatal”. Afirmado isso, a *UH* não só fazia a defesa da presença da iniciativa privada no mesmo como apresentava uma relevante distinção entre *nacionalismo* e *estatismo*.³⁶ Ao mesmo tempo, escolhia como inimigo a combater

1954: 159).

33 Quanto à posição do *Diário de Notícias*, ver CARVALHO Jr., 2005 e MARTINS, 2006. Em relação à *Tribuna da Imprensa*, consultar: LAURENZA, 1998. Sobre o *Correio da Manhã*, ver: MARTINS, 2006.

34 *Última Hora*, 06 de junho de 1952, caderno 1, página 03, editorial.

35 *Última Hora*, 10 de junho de 1952, caderno 1, página 03, editorial.

36 *Última Hora*, 14 de maio de 1952, caderno 1, página 06, coluna *Barômetro Econômico*. Esta coluna não era assinada e refletia não só a opinião de seu redator mas também do

não o capital estrangeiro mas o monopólio estatal, em virtude da excessiva burocratização e ineficiência que ele implicaria frente aos “métodos flexíveis” da empresa mista.³⁷ Quando foi incluído o monopólio na empresa, o jornal passou a definir o novo programa de Vargas como “monopólio nacional”, diferente e superior à proposta estatista dos adversários, classificada com “monopólio estatal”.³⁸ Por fim, quando o projeto foi aprovado, procurou destacar a Petrobras como uma vitória do nacionalismo de Getúlio e do próprio jornal, condenando os opositores da empresa, entrincheirados no CEDPEN, como jacobinistas xenófobos. A questão do monopólio estatal não foi mencionada.

39

próprio jornal. De acordo com LAURENZA, os textos da coluna eram de autoria do jornalista Otávio Malta, companheiro de Wainer desde o tempo da revista *Diretrizes*, no Estado Novo, constituindo o espaço para a abordagem dos assuntos econômicos mais polêmicos (LAURENZA, 1998: 79).

escrita por Em favor do programa original, o periódico de Wainer afirmou que na “empresa mista, de capital público e privado (...), o poder do Estado se concilia com a flexibilidade do empreendimento privado” (*Última Hora*, 06 de dezembro de 1952, caderno 1, página 06, coluna *Barômetro Econômico*).

37 *Última Hora*, 13 de junho de 1952, caderno 1, página 06, coluna *Barômetro Econômico*.

38 *Última Hora*, 19 de maio de 1952, caderno 1, página 01, editorial.

39 Conforme o editorial do jornal, cuja citação extensa que segue é justificável por apresentar uma síntese da posição da *UH* no episódio (os grifos em negrito são do autor do presente): “A instituição da Petrobrás, **dentro das normas ditadas na mensagem governamental**, que o Congresso Nacional transformaria em lei, significa mais uma vitória do povo. **Ao Sr. Getúlio Vargas, que encaminhou o projeto, para depois sancionar a lei, deve-se, não há menor dúvida, a grande parcela dessa conquista**, pela posição que assumiu, concretizando no governo suas promessas como candidato popular. Ninguém lhe poderá tirar o título: é ele o herói da batalha, que acaba de ser vencida. **Venceu o princípio nacionalista, mas no espírito realista e salutar**, que tornou possível Volta Redonda. (...) **Sem jacobinismos ferozes**, a verdade é que não se concebem outras soluções no mundo moderno que não aquelas que garantam a sobrevivência do interesse nacional, a expansão e o desenvolvimento das indústrias de um país, livre das influências dos trustes internacionais. Dentro dessa linha de conduta, foi que **ÚLTIMA HORA apoiou desde o primeiro momento a tese nacionalista, tomando a frente a campanha da Petrobrás**. E hoje, que se torna realidade a instituição, podemos proclamar com orgulho ter sido este jornal a fortaleza que sustentou com decisão e até mesmo com bravura a grande e histórica campanha. Em nossas colunas, a voz dos Generais da Petrobrás encontraram sempre a melhor acústica, para informar e esclarecer o povo contra a confusão ardilosamente preparada pelos derrotistas de todas as cores. É por isso que a **ÚLTIMA HORA** festeja também como sua a vitória da Petrobrás. Em meio ao silêncio frio e vergonhoso da imprensa, empenhada em destruir o jornal que defendeu o Brasil contra os trustes internacionais, o povo há de compreender, mais uma vez, quem está ao

Algumas conclusões

Primeiro, com base no que vimos, observamos que a discussão do projeto envolveu, além de um conflito ideológico sobre a melhor alternativa para resolver o problema do petróleo do Brasil, uma luta simbólica sobre a imagem do programa varguista como “solução nacionalista” para o problema do petróleo e, em um segundo momento, sobre a própria paternidade da empresa, depois que ela incorporou a tese do monopólio estatal - o que era, em última instância, um conflito simbólico pela imagem de Vargas como “verdadeiro nacionalista”, colocando em xeque sua legitimidade política.⁴⁰

Segundo, para sermos capazes de entender essa disputa, temos que compreender os projetos que se defrontaram sobre o programa de desenvolvimento do Brasil na primeira metade da década de 1950 e, especialmente, sobre a questão do petróleo, para além da divisão dicotômica entre “nacionalistas” e “entreguista”, consagrada pela bibliografia tradicional que trata do período. Caso contrário, fica impossível entender os termos em que se estabeleceu o debate em torno da criação da Petrobras e o próprio programa econômico de Vargas.

Terceiro, e com base no segundo item, defendemos, seguindo a linha de Pedro FONSECA e Paulo BASTOS, que tal programa era nacional-desenvolvimentista, ou seja, uma estratégia de desenvolvimento com a ampla participação do Estado na planificação e execução de setores econômicos em que a iniciativa privada não era suficiente, sem se opor ao capital nacional ou estrangeiro. Em outras palavras, Vargas era nacionalista, mas seu

seu lado, sincera e honestamente, e quem de boca cheia, alardeando um falso patriotismo, não trepida em apunhalá-lo pelas costas” (*Última Hora*, 05 de outubro de 1953, caderno 1, página 01, editorial).

40 Partimos aqui do conceito do sociólogo francês Pierre Bourdieu para “luta simbólica”, ou seja, a luta pela definição da visão mais legítima sobre o mundo social que é também um conflito pela construção desse mundo, porque a transformação ou a conservação da ordem social dependem da transformação ou conservação dos esquemas de percepção dessa ordem. A disputa simbólica sobre a escolha e a definição das palavras que classificam grupos e projetos políticos são espaços por excelência desta “luta simbólica” (BOURDIEU, 1990).

nacionalismo (...) não significava luta antiimperialista; o que estava em questão era a forma de alinhamento com os Estados Unidos, e a simples proposta de independência nas relações externas ('independência' que significava 'aproveitar brechas') bastava para ser considerado nacionalista – e, no limite, simpático ao bloco soviético. No contexto da política dominante, este era o *nacionalismo possível* (e, portanto, historicamente nacionalismo).⁴¹

Por fim, parece-nos que é muito difícil ainda sustentar que o projeto proposto originalmente por Vargas não correspondia aos objetivos e ao programa econômico do governo, sendo apenas uma estratégia enviesada para aprovar o monopólio estatal do petróleo, no final do processo. A posição de Vargas, dos principais assessores que trabalharam na elaboração do programa e do próprio jornal varguista nos demonstra exatamente o contrário.

Fontes primárias

Última Hora, dezembro de 1951 a outubro de 1953.

Correio da Manhã, dezembro de 1951 a outubro de 1953.

Diário de Notícias, dezembro de 1951 a outubro de 1953.

* Todos os exemplares consultados nos arquivos da Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro, durante os anos de 2005-2009.

41 FONSECA, 1987: 407. Já BASTOS afirma o seguinte, sobre o nacionalismo de Getúlio: “Na barganha com o capital estrangeiro ou recursos públicos externos, a ação de Vargas não foi “xenófoba”, nem “entreguista”, mas marcada por três características permanentes do nacional-desenvolvimentismo: 1) pelo anti-liberalismo, ou seja, pela crença de que de que o mercado não era capaz de se auto-regular sem crises econômicas e sociais graves e recorrentes, e muito menos gerar desenvolvimento industrial avançado em países como o Brasil; (...) 2) pelo oportunismo nacionalista, ou seja, a identificação de oportunidades de realizar barganhas externas que atendessem a finalidades nacional-desenvolvimentistas, e fossem orientadas para maximizar interesses nacionais; 3) a capacidade de adaptação a circunstâncias históricas cambiantes” (2006: 23).

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil : dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre : Ed. da Universidade / UFRGS, 1998

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil*. In.: Barros Filho, Omar L. de e Bojunga, Sylvia (orgs.). *Potência Brasil: Gás natural, energia limpa para um futuro sustentável*. (Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2008), disponível em <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1925MonteiroLobatoPetroleoBr.pdf>, consultado em 25 de setembro de 2009

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina : a construção da hegemonia*. São Paulo : Editora UNESP. 2002.

BARBOSA, Horta. *Batalha do petróleo: artigos publicados na imprensa e Conferência pronunciada no Clube Militar*. *Revista do Clube Militar*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948.

BASTOS, P. P. Z. . A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base. *Economia (Campinas)*, v. 7, p. 239-275, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo : Brasiliense, 1990.

CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: dos Monopólios aos contratos de risco*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1977.(Brasil, Análise & Crítica).

CARVALHO Jr., Celso. *A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de São Paulo e Diário de Notícias*. Assis : Dissertação de Mestrado, mimeo, 2005

COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1968 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

CUPERTINO, Fausto. *Os Contratos de Risco e a Petrobras (O petróleo é nosso e o riscos deles)*. v. 3. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1976. (Coleção: Realidade Brasileira).

DATHEIN, Ricardo. *Sistema monetário internacional e globalização financeira nos setenta anos de Bretton Woods*. In.: *Revista Soc. Brás. Economia Política*, Rio de Janeiro, nº 16. p. 51-73, junho 2005.

DIAS, José Luciano de Mattos & QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil:*

1930/1960. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo : Brasiliense, 1987.

FRIEDEN, Jefry. *Capitalismo Global: história econômica e política do século XX*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editores. 2008

LAURENZA, Ana M. A.. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. 2 ed., São Paulo : Ed. SENAC, 1998

LOBATO, Monteiro. *O Escândalo do Petróleo* (4a. ed.; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936).

MAGNOLI, Demétrio. *Da Guerra Fria à Detente: Política Internacional Contemporânea*. Campinas : PAPIRUS, 1988.

MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développement économique: formation et evolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Anthropos, 1976

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *O processo de criação da Petrobras : imprensa e política no segundo governo Vargas*. Porto Alegre : Dissertação de Mestrado, 2006.

MIRANDA, Maria Tibiriçá. *O Petróleo É Nosso: a luta contra o “entreguismo” pelo monopólio estatal (1947-1953)(1953-1981)*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MOURA, Gerson. *A Campanha do Petróleo*. Rio de Janeiro : Brasiliense, 1986. (Tudo É História).

ODELL, Peter R. *Geografia econômica do petróleo*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1966

PEIXOTO, Antônio C. *O Clube Militar e o confronto no meio das Forças Armadas (1945-1964)*. In: ROUQUIE, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro : Record, 1980.

PEREIRA, Jesus S. *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: A luta pela emancipação*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos : poder e submissão. Uma história da Política Norte-americana em relação à América Latina*. EDUSC. Bauru:SP. 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 11. reimp., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

SOLOMON, Robert. *O Sistema Monetário Internacional – 1945-1976*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1979.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro : Arte Nova S.A, 1975

TÁVORA, J. *Petróleo Para o Brasil*. Rio de Janeiro : José Olympio, 1955.

YERGIN, Daniel. *The Prize: The Epic Quest for Oil, Money and Power* (Nova York: Simon and Schuster, 1991).

VARGAS, Getúlio. *O Governo trabalhista no Brasil*, v.1-4. Rio de Janeiro:José Olympio, 1954.

VICTOR, Mario. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1970

VIANNA, Sérgio B. A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954). *Departamento de Projetos de Comunicação, Área de Relações Institucionais*, Rio de Janeiro : BNDES, 1987.

WHIRT, John D. *A Política do desenvolvimento na Era de Vargas*. Trad. de Jefferson Barata. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1973.